

Sindifisco Nacional - Delegacia Sindical de São Paulo

Clipping de 18 de fevereiro de 2010

FOLHA DE S. PAULO

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Da crise financeira à crise fiscal

Dúvidas crescentes quanto à sustentabilidade das contas públicas devem forçar os governos a iniciar o ajuste fiscal

A CRISE econômica mundial, que começou no sistema financeiro em 2007, ameaça converter-se em crise fiscal. Refiro-me principalmente aos países desenvolvidos. Na maioria dos países de mercado emergente, o quadro é mais favorável.

O problema é mais grave na Europa, onde diversas economias avançadas e emergentes registram deterioração dramática em termos de deficit público e nível de endividamento. A Grécia parece ser apenas a ponta de um iceberg.

Os números são medonhos. Nos Estados Unidos, o deficit fiscal alcançou quase 10% do PIB em 2009. No Reino Unido, mais de 14%. Na Espanha, mais de 11%. Na França, quase 8% do PIB. A dívida pública vem aumentando rapidamente nas economias desenvolvidas. Nos cinco países atingidos por crises financeiras sistêmicas (Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Irlanda e Islândia), a dívida pública aumentou em média cerca de 75% em termos reais de 2007 a 2009.

Menos comentados são os dados de dívida externa bruta (dívida pública e privada colocada no exterior) dos países desenvolvidos. Estudo recente de Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, que toma por base estatísticas do FMI e do Banco Mundial, mostra que a dívida externa das economias avançadas alcança, em média, nada menos que 200% do PIB.

No caso da Europa desenvolvida, a razão dívida externa/PIB chega a 266%! Na América Latina, notória por sua propensão a crises de endividamento externo, a razão dívida externa bruta/PIB está por volta de 50%. Parte considerável da dívida externa dos europeus é dentro

da Europa, o que pode mitigar o problema. Mas não há dúvida de que a fragilidade das contas europeias aumentou bastante nos anos recentes.

A desconfiança começa a rondar os desenvolvidos, especialmente os europeus. A situação fiscal pré-crise já era problemática em muitos desses países em razão do impacto do envelhecimento da população sobre gastos públicos com previdência e saúde. Com a crise de 2007-2009, as contas governamentais foram fortemente afetadas pelas medidas de socorro ao sistema financeiro, pelos programas de estímulo fiscal e pela própria recessão. Os mercados estão ficando cada vez mais inquietos quanto à sustentabilidade das contas públicas de vários países europeus. A Grécia é um caso extremo, mas diversas outras economias estão sob suspeita, notadamente Espanha, Portugal e Itália, mas também o Reino Unido e até mesmo a França. Alguns analistas avaliam que as contas britânicas e francesas se parecem mais com as italianas do que com as alemãs.

Essa situação cria um dilema delicado para os países desenvolvidos, inclusive para os Estados Unidos. A recuperação da atividade econômica ainda está longe de consolidada. Ela foi impulsionada por políticas fiscais e monetárias ultra-expansivas, mas a demanda privada continua relativamente fraca. Desse ponto de vista, parece prematuro retirar os estímulos fiscais e monetários.

Por outro lado, as dúvidas crescentes quanto à sustentabilidade e confiabilidade das contas públicas devem forçar os governos, ou alguns deles, a iniciar o ajustamento fiscal antes que a recuperação tenha se firmado. Cortes de gastos ou aumentos de impostos reforçariam a confiança na solvência do governo, mas podem provocar uma recaída na recessão.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 54, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É diretor-executivo no FMI, onde representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago), mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

pnbjr@attglobal.net

IR

Receita libera lote sobre malha de 2006

DA FOLHA ONLINE

A Receita Federal liberou a consulta ao lote residual do Imposto de Renda Pessoa Física 2006. Serão pagos R\$ 9,04 milhões a 4.128 contribuintes.

Outros 14.946 terão que pagar R\$ 32,04 milhões. Quem tem restituição a receber poderá sacar a partir do dia 24, com correção de 43,28% (variação da taxa Selic no período).

Hoje, a Receita libera a consulta, a partir das 9h, ao lote residual de 2007.

ESTADO DE S. PAULO

Crise e corte de impostos reduzem carga tributária pela 1ª vez desde 2003

Estudo parte do princípio de que PIB não caiu em 2009 e diz que redução se deve exclusivamente às perdas da União

Marcelo Rehder

Tamanho do texto? [A](#) [A](#) [A](#) [A](#)



Os efeitos recessivos da crise global e os incentivos ao consumo no ano passado reduziram a carga tributária brasileira a 35,2% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 35,8% em 2008 (menos 0,6 ponto porcentual), segundo o consultor na área fiscal Amir Khair. Será a primeira queda desde 2003. O número oficial será conhecido só quando for divulgado o PIB de 2009. Para 2010, porém, a tendência é de aumento da carga.

A carga tributária (ou fiscal) é a soma de todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade aos três níveis de governo, em relação ao PIB. Assim, segundo o consultor, de cada R\$ 100 produzidos pelo País no ano passado, R\$ 35,2 viraram tributos recolhidos pelos governos federal, estaduais e municipais.

Para calcular a carga do ano passado, Khair usou a metodologia de cálculo da Receita Federal e considerou uma variação nula para a soma das riquezas produzidas no País, estimada em R\$ 3,005 trilhões. Se o resultado oficial do PIB de 2009, a ser divulgado no dia 11 de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), for positivo, a queda da carga tributária será maior que a estimada pelo consultor. No caso de retração do PIB, a carga pode ter aumentado. "A redução da carga tributária no ano passado se deve exclusivamente às perdas da União", afirma Khair.

Com a economia em recessão, explica o consultor, a arrecadação cai acompanhando as menores vendas e lucros nas empresas. Além disso, ocorre aumento da inadimplência, sonegação e compensação tributária. Ele pondera que, para atenuar o impacto da crise global sobre a economia brasileira, que implica queda da própria arrecadação, o governo federal adotou

medidas temporárias de desoneração fiscal que beneficiaram vários setores. A mais visível foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, eletrodomésticos da linha branca (geladeiras e fogões) e móveis.

Para o consultor, a queda da carga tributária só não foi maior por causa do crescimento da massa salarial, que elevou a arrecadação acima do crescimento do PIB para a Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Salário Educação e Sistema S (conjunto de entidades voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que têm em comum seu nome iniciado com a letra S, como Sesi, Senai e Senac).

Carga tributária volta a subir com alta do PIB prevista para este ano

Analistas e empresários criticam apetite arrecadatário e veem contrapartida deficiente em serviços públicos

Marcelo Rehder

Tamanho do texto? **A A A**

A ligeira queda da carga tributária prevista para 2009 deverá anteceder uma nova alta em 2010, preveem especialistas e empresários.

Para o consultor tributário Amir Khair, entre os fatores que contribuem para uma nova alta da carga de impostos, taxas e contribuições em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) está o fato de que a economia brasileira voltou a crescer, andando com as próprias pernas.

Tanto é que o governo federal decidiu manter o cronograma de retirada das desonerações concedidas a vários setores de atividade. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os eletrodomésticos da chamada linha branca (fogões e geladeiras), por exemplo, já voltou ao nível normal.

O consultor argumenta que a carga tributária é comandada basicamente por três fatores: o lucro das empresas, a massa salarial e a inadimplência.

"Quando a economia cresce mais do que 4% ao ano, o lucro das empresas e a massa salarial crescem acima do PIB. Conseqüentemente, a arrecadação também cresce mais que a economia como um todo", explica Khair.

Segundo ele, da mesma forma como nos períodos de crise a inadimplência costuma aumentar, na época de vagas gordas os contribuintes regularizam a situação e voltam a recolher em dia os tributos.

"O peso da carga tributária sobre a sociedade brasileira é absurdo", reclama o empresário Mário Bernardini, assessor econômico da presidência da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Na avaliação dele, o apetite arrecadatário do governo parece não ter fim. "Nossa carga já uma das mais altas do planeta, da ordem de 36% do PIB, e o governo ainda toma mais 3% a 4% do PIB para tapar o déficit nominal. A consequência é termos uma carga tributária de primeiro mundo, para uma renda per capita de segundo mundo e serviços públicos de terceiro mundo", compara.

O advogado Waldir Luiz Braga, presidente do Instituto Brasileiro de Auditores Tributários, tem opinião parecida com a do empresário. "O que a gente recebe de volta faz com que a carga seja

maior ainda", reforça Braga.

Ele argumenta que, em países como a Dinamarca e a Noruega, onde a carga tributária é tão pesada como brasileira, a sociedade recebe contrapartida do Estado em serviços básicos gratuitos de primeira qualidade, como educação, saúde e segurança.

"Aqui, além da altíssima carga tributária incidente sobre a folha de pagamentos, as empresas ainda se veem obrigadas, por exemplo, a pagar assistência médica para seus empregados", diz Braga.

O problema é que o governo não tem demonstrado interesse em reduzir a carga tributária, nota o tributarista Gilberto Luiz do Amaral, coordenador do Observatório de Governança Tributária, que reúne entidades empresariais e outros representantes da sociedade civil. "O próprio presidente Lula disse, há um mês, que o brasileiro não pode esperar redução da carga, pois é com altos impostos que o governo financia os serviços públicos e paga o Bolsa-Família."

Programa "IPI verde" é abandonado pelo governo

Imposto deixou de ser reduzido com a decisão de se trabalhar com meta maior de superávit

Fabio Graner e Adriana Fernandes, BRASÍLIA

Tamanho do texto? **A A A**

Durou pouco o programa de "IPI verde" do governo federal. Por causa da decisão do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de trabalhar com uma meta mais elevada de superávit primário das contas do setor público em 2010, a política de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para produtos de linha branca e automóveis vinculada a critérios de menor emissão de poluentes e maior economia de energia foi abandonada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, para não perder a bandeira verde neste ano eleitoral - que já conta com uma candidata de perfil ambientalista, a ex-ministra Marina Silva -, a equipe econômica prepara um estudo com propostas de incentivos econômicos e tributários para desenvolver alternativas ecológicas no setor automotivo.

O trabalho, que deverá ser publicado em julho, não será, no entanto, transformado em ações efetivas pelo governo neste ano. O objetivo é definir propostas para tornar o Brasil uma plataforma de produção de tecnologia limpa e uma referência em termos de combinação de economia e meio ambiente.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, negou que a política econômica com foco ambiental tenha sido algo para "inglês ver", um mecanismo formatado apenas para dar um discurso mais forte ao governo brasileiro na Conferência do Clima em Copenhague (Cop-15), realizada no fim de 2009, justamente quando a equipe econômica decidiu renovar as desonerações tributárias, mas com o viés ambiental. Segundo ele, as iniciativas do governo nessa área marcaram uma mudança de paradigma que deverá nortear cada vez mais as ações de política econômica, deste e dos próximos governos.

Diante da necessidade de frear o risco de superaquecimento da economia, que poderia pressionar os preços e os juros, a opção do governo agora é fazer uma economia fiscal maior para não se concretizar um cenário de descompasso entre oferta e demanda na economia. "Por motivos macroeconômicos, não foi possível continuar com a política ambiental", disse Barbosa.

Para o secretário, as mudanças no IPI revelam uma tendência que deve se consolidar nos próximos anos. "O fato de se retirar o benefício agora reflete a conjuntura deste ano, a situação de o governo ter decidido por uma recuperação mais rápida do resultado fiscal", disse Barbosa. "Não quer dizer que essa política não pode voltar no futuro próximo. Acho que volta", acrescentou.

Para ele, apesar de temporário, o uso dos incentivos tributários para fomentar desenvolvimento com responsabilidade ambiental foi uma iniciativa inédita para os tributos cobrados pela Receita Federal, que marcou uma mudança no padrão de decisão do governo federal. "Pela primeira vez, adicionou-se um aspecto ambiental a uma ação de curto prazo."

"Havendo espaço fiscal, a questão ambiental vai ganhar importância", disse Barbosa, lembrando que o IPI é um tributo vinculado à "essencialidade" dos produtos (quanto mais supérfluo, maior a alíquota do imposto) e sua utilização na área ambiental revela que o tema está se tornando prioridade para as políticas públicas.

IMPACTO GLOBAL

O secretário também ressaltou que os estudos em curso para definir a interlocução entre as políticas econômica e ambiental, apesar de serem focados no mercado automotivo, têm uma importância mais ampla. Ele ressaltou que o assunto envolve mudanças importantes na estrutura da economia, especialmente em relação à matriz energética. Barbosa disse que mudanças desse nível mexem com a geografia política do mundo.

Segundo ele, os estudos sobre o tema devem levar em conta ainda que o crescimento do mercado de energia limpa abre novas frentes de investimento e, portanto, são um estímulo ao crescimento mais rápido. Por isso, o governo faz um mapeamento das tendências e alternativas nessa área para poder recomendar o uso de incentivos adequados para combinar um maior crescimento econômico com responsabilidade ambiental.

O secretário-adjunto de Política Econômica, Dyogo Oliveira, destacou que nos estudos do governo para o setor automotivo estão sendo focados três eixos de discussão: emissão-eficiência, tecnologia, competitividade. "Esperamos deixar um bom mapeamento para a próxima administração", disse Oliveira.

VALOR ECONÔMICO

Temer tenta colocar benefícios a servidores em pauta

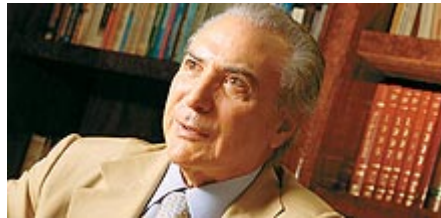
Caio Junqueira, de Brasília
18/02/2010

Texto: A- A+



✉ Compartilhar 

Ana Paula Paiva/Valor



Temer: projetos agradam Judiciário e potencializam candidatura dos partidos de esquerda na sucessão de Arruda

Dois projetos que reestruturam as carreiras de servidores do Judiciário e do Ministério Público da União podem, de uma só vez, aproximar o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), do funcionalismo público e potencializar a candidatura dos partidos de esquerda do Distrito Federal, tendo em vista o vácuo político deixado com a prisão do ex-governador José Roberto Arruda (sem partido).

Possível vice da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), na chapa governista para a campanha presidencial, Temer prepara uma agenda legislativa paralela à do Palácio do Planalto para este ano. Entre os projetos há dois que atendem interesses dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público. Os projetos destoam da agenda legislativa do governo, que já tem, além do pré-sal, suas prioridades elencadas para o semestre, como as 11 medidas provisórias que chegam do Executivo e outras duas advindas do Senado.

A preferência de Temer por esses projetos, além de agradar à sua própria classe -, ele é jurista e procurador aposentado do Estado de São Paulo - também o coloca em sintonia com a oposição ao DEM e a Arruda, grandes interessados no desenrolar da crise política que atinge o Distrito Federal.

De autoria do Supremo Tribunal Federal e tendo empenho pessoal pela aprovação do seu presidente, ministro Gilmar Mendes, a reestruturação das carreiras do Judiciário estabelece reajuste de 56,42% aos servidores do Judiciário da União, com impacto no Orçamento estimado em R\$ 6 bilhões. O projeto atinge os mais de 100 mil servidores do Judiciário do país e tem sido pauta constante dos sindicalistas, que em 2009 fizeram greve de 20 dias para pressionar por um acordo. Eles pediam reajustes de 80,17%, mas o STF avaliou que isso poderia levar funcionários a ganharem mais do que magistrados em início de carreira.

Um dos principais articuladores da negociação foi o presidente recém-eleito do PT do Distrito Federal, Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus) e candidato a deputado federal neste ano. É ele também um dos expoentes do movimento de oposição a Arruda, preso quinta-feira acusado de tentativa de suborno.

A possível colocação em pauta do projeto ampliou os desafios de Policarpo. Além de ter que liderar as pressões para que o projeto seja aprovado até 31 de agosto de forma que possa entrar para o Orçamento de 2011, ele precisa encontrar um jeito de capitalizar isso para a sua campanha à Câmara e acalmar os ânimos dos petistas do Distrito Federal, ansiosos com a possibilidade de ocupar o Palácio do Buriti, sede do governo, a partir do próximo ano. Há uma disputa entre o ex-ministro dos Esportes Agnello Queiroz e o atual deputado federal Geraldo Magela.

Relator do Orçamento de 2010, Magela foi um dos apoiadores da chapa vencedora do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União, que tomou posse há duas semanas e também pleiteia a aprovação de uma reestruturação do plano de carreira da categoria. O projeto é similar ao do Judiciário e tem apoio do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A diferença é que seu impacto, por conta do menor número de servidores, é seis vezes menor: R\$ 1 bilhão.

Até a deflagração da Operação Caixa de Pandora pela Polícia Federal, em novembro, Magela havia desistido de concorrer à sucessão do então governador Arruda, cujas intenções de voto nas pesquisas apontavam para uma reeleição tranquila. Queiroz é que iria para o sacrifício.

Com a derrocada de Arruda e do DEM do Distrito Federal, Magela voltou atrás, sob a justificativa de que o

cenário político mudou. O recuo rachou o PT da capital do país, que, para acalmar os ânimos, tem ventilado buscar uma espécie de intervenção branca do Palácio do Planalto e lançar o ex-deputado Sigmaringa Seixas, muito próximo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como a base petista em Brasília é preponderantemente formada por funcionários públicos, uma tramitação mais célere dos projetos na Câmara, com a ajuda de Temer, tende a favorecer o PT local. Os projetos aguardam a apreciação de pedidos de urgência, o que faria com que pudessem ser analisados diretamente pelo plenário, sem passar pelas comissões. O governo pediu tempo para que o Ministério do Planejamento avalie os impactos orçamentários, mas há acordo para que tão logo isso seja feito, os projetos sejam votados no plenário.

O autor dos requerimentos de urgência foi o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), terceiro colocado na disputa ao governo em 2002, mas que agora está de olho no Senado. De preferência na vaga atualmente ocupada por Adelmir Santana, do DEM, antigo partido de Arruda.

Supremo publica súmula sobre cobrança do ISS

Luiza de Carvalho, de Brasília

18/02/2010

Texto: [A-](#) [A+](#)



 [Compartilhar](#) 

A reivindicação de advogados tributaristas para a edição de uma súmula vinculante que tratasse da não incidência de ISS sobre locação de bens móveis foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aprovada neste mês pelo Pleno da Corte, por unanimidade, a súmula foi publicada ontem no Diário Oficial da União. Diversos escritórios de advocacia haviam se manifestado contra uma proposta que foi apreciada, de relatoria do ministro Joaquim Barbosa, alegando que a versão daria margem para estender a tributação além das atividades consideradas sujeitas ao ISS pelo Supremo. Mas a redação final da súmula suprimiu a parte que gerava polêmica.

O Supremo decidiu, em 2005, que a locação de bens móveis não estaria sujeita ao ISS, ao julgar o leading case que envolvia o fornecimento de guindastes. Na ocasião, a Corte considerou que a locação de bens móveis seria uma atividade caracterizada pela "obrigação de dar", e não "de fazer", condição para a tributação. A proposta de súmula que foi ao pleno determinava que o ISS não incide sobre operações de locação de bens móveis, dissociadas da prestação de serviços.

A parte final do texto foi retirada, pois os demais ministros a consideraram desnecessária. Para o advogado Rodrigo Leporace Farret, do Andrade Advogados - um dos que se manifestou sobre a proposta -, a frase poderia gerar grande confusão e dar margem à ideia de que obrigação de manutenção do bem locado seria um serviço passível de tributação.